

Sumário

Introdução	1
1 O Processo de Formação das Garantias Fundamentais e os Direitos Difusos	7
1.1 Aspectos Gerais	7
1.2 A Evolução Histórica e as Dimensões do Direito.....	9
1.2.1 Da Pré-história dos Direitos – de seus Inícios e até o Século XVI	10
1.2.2 A Positivção dos Direitos Ainda na Era Pré-Constitucional	13
1.2.3 Fase Intermediária – Elaboração da Doutrina Jusnaturalista	14
1.3 As Dimensões dos Direitos Fundamentais	16
1.4 Os Direitos Fundamentais de Primeira Dimensão	20
1.4.1 A Evolução Histórica do Constitucionalismo	21
1.5 Os Direitos de Segunda Dimensão.....	31
1.6 Os Direitos de Terceira Dimensão	34
1.7 As Demais Dimensões.....	38
1.8 A Existência de Garantias Fundamentais Coletivas no Sistema Brasileiro	39
1.9 Os Direitos Difusos no Ordenamento Jurídico Brasileiro	42
1.10 A Importância do Estudo do Processo de Formação dos Direitos para Tutela Coletiva	54
2. A Identificação das Ações Essencialmente Coletivas	57
2.1 Contextualização Geral.....	57
2.2 Perspectiva Histórica da Tutela dos Direitos Coletivos no Sistema Brasileiro	59
2.3 Quais Ações Serão Coletivas	65
2.4 Identificação entre as Próprias Ações Coletivas.....	87

2.5 Efeitos da Identificação da Ação Coletiva.....	95
2.6 Uma Definição Constitucional para Legitimação	98
2.7 Princípios Aplicáveis ao Processo Coletivo	106
2.7.1 Aspectos Gerais	106
2.7.2 Princípio da Adequada Legitimação.....	107
2.7.3 Princípio da Certificação da Ação Coletiva	112
2.7.4 Informação e Publicidade Adequadas.....	115
2.8 Considerações Gerais Sobre a Identificação das Ações Coletivas.....	118
3. Os Efeitos da Coisa Julgada	121
3.1 Aspectos Gerais do Instituto Coisa Julgada.....	121
3.2 Histórico do Fenômeno.....	132
3.3 Coisa Julgada Coletiva: Identificação da Ação	141
3.4 Tipos de Formação de Coisa Julgada.....	149
3.5 Extensão Subjetiva da Coisa Jugada.....	152
3.6 A Coisa Julgada Coletiva Aproveitada em Ação Individual	155
3.7 A Extensão Subjetiva da Coisa Julgada e o Artigo 2.º da Lei n.º 9.494/97	160
3.8 Efeitos Territoriais	174
3.9 Efeitos Temporais	180
3.10 Relação entre Ações Coletivas	181
3.11 Ação Rescisória	184
Considerações Finais	189
Referências	197